



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 69/15

PROCESSO nº 4522/2015

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO torna público que fará realizar licitação do tipo **MENOR PREÇO**, na modalidade **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA**, através do aplicativo **Licitações-e**, disponível no sítio www.licitacoes-e.com.br, visando à contratação do objeto deste edital, pelo regime de **emprego por preço global**.

A presente licitação será regida pela Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Decretos nº 5.450/05, 7.246/11 e 8.224/14 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, bem como pelas cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento convocatório. O certame será realizado nas datas e horários abaixo designados:

- a) Envio eletrônico das propostas: a partir das 8 horas do dia 12/11/2015.
- b) Abertura das propostas: às 9 horas do dia 25/11/2015.
- c) Início da etapa de lances: às 10 do dia 25 /11/2015.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo contidas no edital, no aviso de licitação bem como durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o **HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF**, e dessa forma serão registrados no sistema eletrônico.

Integram o presente edital os seguintes Anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Minuta Contratual

Anexo III – Modelo de Declaração de que a empresa não emprega trabalhador menor (artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988)

Anexo IV – Modelo de Declaração de que a empresa é ME ou EPP e não está enquadrada em qualquer dos impedimentos previstos no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar 123/06

Anexo V - Modelo de Declaração de Optante pelo Simples Nacional (Resolução nº 1.234/12 da Receita Federal)

Anexo VI – Declaração para fins da Resolução nº. 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva no sistema de refrigeração do Fórum do Cariri, com fornecimento de peças por ressarcimento, em regime de **emprego por preço**

global, pelo período de 12(doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

2. DA PARTICIPAÇÃO NESTE PREGÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão quaisquer interessados que:

- a) obtiverem credenciamento junto ao Banco do Brasil S/A, provedor do sistema licitacoes-e;
- b) exerçam atividade pertinente com o objeto desta licitação;
- c) comprovem possuir os documentos de habilitação exigidos neste instrumento;
- d) atendam aos requisitos de classificação das propostas exigidos neste instrumento;

2.1.1. Para realizar o credenciamento no sistema licitacoes-e os interessados deverão comparecer a qualquer agência do Banco do Brasil S. A. sediada no país, que fornecerá chave de identificação e senha pessoal e intransferível atribuída ao representante nomeado pela empresa, devendo ser mantida sob sigilo absoluto.

2.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a **responsabilidade legal do licitante** e a **presunção de sua capacidade técnica** para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.1.3. O credenciamento do licitante perante o sistema eletrônico não dispensa a entrega de documentação relativa à habilitação legal para participar desta licitação.

2.1.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.1.5. O acesso ao sistema dar-se-á através do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, mediante digitação da chave e senha privativas, devendo o licitante:

- a) manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno cumprimento dos requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório, nos termos do artigo 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/05;
- b) declarar, no campo próprio do sistema, que é Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para os fins previstos na Lei Complementar nº 123/06;
-) encaminhar sua proposta, observados os limites de data e horário divulgados.

2.1.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas neste instrumento, sem prejuízo das demais cominações legais.

2.1.7. A comprovação da pertinência da atividade empresarial com o objeto da licitação dar-se-á por meio da verificação do contrato social ou instrumento equivalente, certidão simplificada da Junta Comercial do domicílio da empresa ou do comprovante de inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica, do Ministério da Fazenda.

2.2. Não poderão participar deste certame as empresas enquadradas em uma ou mais das seguintes situações:

- a) integrantes de um mesmo grupo econômico, isto é, que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, exceto se demonstrarem que não representam interesses econômicos em comum;
- b) estrangeiras que não tenham representação legal no país, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP);
- d) sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- e) declaradas impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do Decreto 5.450/05;
- f) declaradas temporariamente suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, nos termos do art. 87, inciso II, da Lei 8.666/93;
- g) declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, nos termos da Lei 8.666/93;
- h) condenadas por ato de improbidade administrativa;

2.2.1. É vedada, ainda, a participação do autor do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, bem como do servidor ou dirigente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região ou responsável pela licitação deste Órgão, de forma direta ou indireta.

2.2.2. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o licitante e servidor, dirigente ou responsável pela licitação.

3. DO ENVIO ELETRÔNICO DAS PROPOSTAS

3.1. Até a data e hora designadas na alínea b do preâmbulo deste Edital os licitantes deverão encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, consignando o **PREÇO GLOBAL DO LOTE**, nela incluídos todos os tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à plena e completa execução do objeto desta licitação.

3.1.1. A apresentação da proposta de preços no sistema implica no conhecimento e aceitação de todas as regras do certame.

3.1.2. O CNPJ constante da proposta deverá ser o mesmo da documentação entregue para a habilitação do licitante.

3.2. Não é obrigatório acrescentar qualquer informação no campo Observações/Informações Adicionais do Sistema, porém os dados eventualmente ali inseridos que conflitarem com as regras estabelecidas neste instrumento ensejarão a desclassificação da proposta.

3.3. As propostas terão validade de no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados de sua abertura no sistema eletrônico.

3.4. Até a data e hora designadas na alínea b do preâmbulo deste Edital os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

3.5. A fase de acolhimento das propostas será encerrada automaticamente, na data e horário previstos na alínea b do preâmbulo deste instrumento.

4. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

4.1. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1.1. Na data e horário previstos para abertura das propostas, terá início a sessão pública do pregão na internet, que será iniciada por comando do Pregoeiro designado pela autoridade competente, com a utilização de sua chave de acesso.

4.1.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

4.1.3. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelos participantes.

4.1.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, por ocasião da aceitação da mesma.

4.1.5. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, observadas as demais exigências constantes deste instrumento.

4.1.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

4.1.7. Se, no horário designado para a abertura das propostas ou para início da disputa, o sistema de licitações não estiver acessível ao pregoeiro e permanecendo nesta situação até as 3 (três) horas subsequentes, a sessão ficará automaticamente adiada, reiniciando-se quando restabelecida a conexão.

4.1.8. Ultrapassado o limite de horas estabelecido no item anterior e não restabelecida a conexão com o pregoeiro, será designada nova data para realização do evento, em prazo não inferior a 24 horas contadas do aviso de adiamento, que será publicado no sistema licitacoes-e para ciência dos interessados, podendo também ser divulgado no sítio www.trt7.jus.br.

4.2. DA ETAPA DE LANCES

4.2.1. Encerrada a fase classificatória o Pregoeiro dará início à etapa competitiva (fase de lances), que será realizada no dia e hora designados, na sala de disputa virtual, acessada por chave e senha privativa.

4.2.2. **Quando se tratar de licitações com mais de um lote** o pregoeiro poderá selecionar **até 5 (cinco) lotes** para realizar a disputa de forma **simultânea**.

4.2.3. Os licitantes somente terão acesso à sala de disputa após a abertura desta pelo pregoeiro, podendo encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, após iniciada a disputa.

4.2.4. Se o pregoeiro não tiver iniciado a disputa os licitantes devem aguardar.

4.2.5. **A disputa será realizada por meio de lances registrados no sistema, pelo PREÇO GLOBAL DO LOTE.**

4.2.6. O sistema disponibilizará campo próprio para envio de mensagens pelo pregoeiro aos licitantes.

4.2.7. Os licitantes serão imediatamente informados do recebimento e valor consignado do lance no respectivo registro.

- 4.2.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para a abertura da sessão e as regras estabelecidas neste instrumento.
- 4.2.9. Os licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 4.2.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 4.2.11. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 4.2.12. A etapa de lances será encerrada por decisão do Pregoeiro.
- 4.2.13. Em seguida, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo **de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico**, findo o qual será automaticamente encerrado o recebimento de lances.
- 4.2.14. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que ofereça melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diversas das previstas neste instrumento.
- 4.2.14.1. A negociação poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 4.2.15. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.2.16. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa, reiniciando-se após comunicação aos participantes através de mensagem eletrônica, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

5. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME e EPP

5.1. Se a proposta mais bem classificada na etapa de lances não pertencer a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) será assegurado a estas, como critério de desempate, o direito de preferência nas contratações de que trata a Lei Complementar nº 123/2006.

5.1.1. Considera-se situação de empate propostas apresentadas por ME ou EPP iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.2. Ocorrendo a situação prevista no subitem supra, será oportunizada à ME ou EPP mais bem classificada a oferta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, observando-se o seguinte:

5.2.1. Encerrada a etapa de lances, o sistema licitações-e identificará automaticamente a presença de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) em situação empate e habilitará o botão Convocar, para que o pregoeiro convoque-as para, no prazo de 5 (cinco) minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote.

5.2.2. O prazo previsto no **item 5.2.1** é de decadência, e, não havendo manifestação da empresa ou decline esta do direito de preferência, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática.

5.2.3. Durante esse período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance.

5.2.4. Se a ME ou EPP aceitar reduzir o preço, aplicar-se-ão as disposições previstas neste instrumento quanto à proposta e será verificada a habilitação do licitante.

5.2.5. Se a ME ou EPP na condição supra apresentar restrição quanto à regularidade fiscal será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do Pregoeiro, contados da declaração de vencedora para regularizar a pendência.

5.2.6. A não regularização da situação fiscal conforme previsto no item supra, ensejará a decadência do direito à contratação, sujeitando a ME ou EPP às sanções previstas neste instrumento.

5.2.7. Concedido o direito de preferência a todas as ME ou EPP em situação de empate ficto e não se obtendo êxito quanto à redução do preço, será declarada vencedora do certame a proposta originariamente mais bem classificada, observados o critério de menor preço global do lote e o atendimento de todas as condições previstas neste instrumento.

6. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

6.1. Constatada a compatibilidade do preço ofertado pelo licitante mais bem classificado em relação ao estimado para a contratação, o Pregoeiro consultará o **SICAF, o CEIS - CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS E INIDÔENAS E SUSPENSAS e o CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**, para verificação de eventuais ocorrências de impedimentos de licitar e contratar com a Administração, conforme recomendação do TCU no Ac. 1.793/2011 – Plenário, bem como verificará a habilitação deste, por meio do SICAF ou nos sites respectivos com relação aos documentos disponibilizados.

6.2. Não se encontrando o licitante incluído nos cadastros referidos no item supra e havendo cumprido todas as exigências habilitatórias, fica estabelecido o prazo de até **3 (três) horas**, a partir da solicitação do pregoeiro, para enviar sua proposta por escrito, juntamente com os documentos de habilitação não disponíveis no SICAF ou nos sites respectivos, através do e-mail (slicit@trt7.jus.br), fax (85) 3388-9326, ou ainda por meio do aplicativo licitações-e, opção incluir documentos.

6.2.1. O prazo referido no **item 6.2** será suspenso, caso **ultrapasse o horário das 15h30**, reiniciando sua contagem **a partir das 7h30 do dia útil de expediente seguinte (horário local)**.

6.3. O Pregoeiro verificará a conformidade da **proposta escrita** com os requisitos do edital, devendo esta observar o seguinte:

a) ser impressa por qualquer processo eletrônico, sem emendas, rasuras ou entrelinhas; com todas as folhas rubricadas;

b) ser assinada pelo representante da empresa, ou por seu procurador legal, caso em que deverá ser enviada cópia de documento de identificação do mesmo, e rubricada todas as folhas.

c) indicar o nome empresarial do proponente, endereço, CNPJ, número da conta-corrente, agência e respectivo banco, telefone e endereço eletrônico (e-mail).

d) conter a descrição de todos os itens constantes da planilha anexa ao termo de referência, inclusive a marca do produto ofertado, com seus respectivos quantitativos;

e) valores unitários e o total da contratação, adequados ao lance vencedor.

e.1.) A empresa deverá apresentar o mesmo preço unitário para equipamentos e serviços iguais. Em caso contrário, não implicará em desclassificação da proposta, procedendo o pregoeiro à devida correção, considerando o menor valor unitário.

6.3.2. Juntamente com a proposta a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Declaração de que a empresa é ME ou EPP e não está incluída em qualquer dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 (conforme anexo IV deste instrumento);

b) Caso a empresa seja optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar a declaração, conforme modelo anexo a este edital, para efeito de recolhimento dos impostos de que trata o artigo 13, da Lei Complementar nº 123/06.

c) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, de membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, vinculados ao TRT7ª (conforme anexo VI deste instrumento);

6.4. No julgamento das propostas e da habilitação o pregoeiro fará registrar na ata da sessão pública do pregão, eventual saneamento de falhas que não alterem a substância das propostas ou não comprometam a validade jurídica dos documentos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.4.1. Eventuais erros no preenchimento da proposta/planilha não implicarão em desclassificação, desde que não impliquem em majoração do preço global ofertado ou redução deste que torne inviável a sua execução, devendo as correções ser efetuadas no prazo estabelecido pelo pregoeiro.

6.5. Havendo divergência entre os preços unitários e totais, prevalecerão os unitários; havendo discordância entre os preços unitários em algarismo e os por extenso, prevalecerão estes últimos.

6.6. O Pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, poderá promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

6.7. Verificada a conformidade da proposta e dos documentos de habilitação com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, o arrematante será convocado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da solicitação do pregoeiro, no sistema, enviar para o endereço constante no **item 16.10 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS** deste instrumento, os originais da proposta escrita e os documentos de habilitação.

6.8. Recebidos os originais e constatado o atendimento das exigências fixadas neste instrumento, o arrematante será declarado vencedor e, após, o transcurso do prazo, sem interposição de recursos, o Pregoeiro a ele adjudicará o objeto da licitação.

6.9. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante for inabilitado o Pregoeiro promoverá a desclassificação deste e examinará a proposta subsequente, observado o disposto nesta sessão, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

6.10. Será gerada pelo sistema de licitações ata circunstanciada da sessão pública do pregão, que será disponibilizada para consulta.

7. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

7.1. Os preços unitários e o valor global da proposta não poderão ser superiores aos preços estimados constantes no anexo IV do Termo de Referência.

7.2. Todos os valores constantes da proposta deverão ser expressos em reais, com até 02 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais caso a terceira seja menor que cinco e arredondando-se a segunda casa para mais, se a terceira casa for maior ou igual a cinco.

7.3. Serão inadmissíveis os preços:

a) baseados nas ofertas dos demais concorrentes;

b) unitário ou total de valores simbólicos, irrisórios ou zero, incompatíveis com os preços dos insumos e os salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração;

c) manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação comprobatória de que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

7.3.1. Consideram-se manifestamente inexeqüíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração; ou

b) valor orçado pela administração.

7.3.2. Do concorrente vencedor cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor apurado entre as alíneas a e b supra, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o valor resultante das referidas alíneas e o valor da correspondente proposta, podendo o licitante optar entre as seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária.

7.3.3. O ônus da prova da exeqüibilidade do preço incumbe ao autor da proposta, no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

a) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99;

b) habilitação jurídica;

- c) regularidade fiscal e trabalhista;
- d) qualificação econômico-financeira.
- e) qualificação técnica;

8.2. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da CF, dar-se-á mediante **declaração** do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo anexo a este instrumento.

8.3. Os documentos relativos à **Habilitação jurídica** são:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.4. Os documentos relativos à **Regularidade Fiscal e Trabalhista** são:

- a) Prova de regularidade relativa às **Fazendas Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal;**
- b) Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social (INSS)**
- c) Prova de regularidade relativa **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).**

8.5. A **qualificação técnica** será comprovada através de:

- a) Certidão de Registro da Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;
- b) Certidão de acervo técnico (CAT) expedida pelo CREA ou atestado(s) de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado naquela entidade, em que se comprove que executou, pelo Responsável Técnico indicado pelo licitante os serviços de manutenção em sistemas de refrigeração tipo VRF – Variable Refrigerant Flow.
- b.1) O profissional indicado a Responsável Técnico deverá ter vínculo com a proponente. O vínculo poderá ser societário (os profissionais integram o quadro societário da proponente - meio de prova – Contrato social), celetista (funcionário da proponente – meio de prova – C.T.P.S.) ou civil (contrato de prestação de serviços autônomos – meio de prova – Termo ou compromisso contratual).

8.6. Os documentos relativos à **Qualificação Econômica e Financeira** são:

a) **Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, para as contratações cujo valor estimado esteja acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

9. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

9.1. As ME e as EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de habilitação, inclusive os documentos de regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

9.1.1. Será concedido o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da declaração de vencedor, prorrogáveis por igual período a critério do Pregoeiro, para a ME ou EPP com eventuais restrições fiscais apresentar documentação probatória de regularidade.

9.1.2. A não regularização da situação fiscal ensejará a decadência do direito à contratação, sujeitando a ME ou EPP às sanções previstas neste instrumento.

9.2. A documentação relativa à regularidade fiscal poderá ser substituída pelo SICAF, desde que apresente validade expressa, podendo referido cadastro ser consultado pelo pregoeiro, inclusive com relação a outros documentos nele inseridos, que contenham informações suficientes para comprovar a habilitação do licitante.

9.3. Os documentos exigidos para a habilitação neste certame poderão ser apresentados em original ou por cópias autenticadas por cartório competente, inclusive de forma digital, ou por servidor do TRT7.

9.4. Documentos obtidos através de sítios terão sua autenticidade verificada, via internet, e certificada pelo Pregoeiro ou extraído o respectivo comprovante, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.

9.5. Os sítios oficiais poderão ser consultados para efeito de comprovação da regularidade fiscal de documento que se apresente com prazo de validade vencido no SICAF

9.6. As certidões que não apresentem validade expressa e que não seja possível essa verificação através do órgão emissor ou de qualquer outro meio, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados da emissão para efeito de validade do documento.

9.7. O licitante fica obrigado a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação (**exigida apenas em caso positivo**).

9.8. A falta de comprovação de qualquer requisito de habilitação previsto neste instrumento impõe a inabilitação do licitante.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, **em campo próprio do sistema eletrônico**, manifestar sua intenção de recorrer, consignando a motivação do seu recurso, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões por escrito, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

10.1.1. Eventuais manifestações de recursos serão recebidas no sistema nas 24 (vinte e quatro) horas posteriores ao ato de declaração do vencedor.

10.1.2. A ausência de registro quanto à intenção de recorrer importará na decadência do direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

10.1.3. Manifestações recursais intempestivas e/ou imotivadas, bem como a não apresentação dos memoriais (razões por escrito) ou a apresentação intempestiva destas ensejarão o não conhecimento do recurso, restando prejudicado o exame do mérito.

10.1.4. Os memoriais das razões e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos à Diretora Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, por intermédio do Pregoeiro, podendo este reconsiderar sua decisão, no prazo de até 5 (cinco) dias, ou encaminhá-las para decisão superior, informando os motivos da sua não reconsideração.

10.1.5. As razões dos recursos e contrarrazões deverão ser endereçados ao Setor de Licitações e protocolados na Diretoria do Serviço de Cadastramento Processual deste Órgão, localizada na Av. Desembargador Leite Albuquerque, 1077, Anexo I, Térreo, Fortaleza-CE, CEP 60.150-150.

10.1.6. Fica assegurada a vista dos autos aos interessados, no Setor de Licitações, com endereço na Rua Vicente Leite, nº 1281, Bairro Aldeota, nesta Capital, CEP 60.170-150.

10.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A contratação do objeto deste pregão será formalizada através da minuta contratual que constitui anexo deste instrumento.

12.2. Homologado o resultado da licitação, o TRT-7ª Região convocará a empresa adjudicatária, na forma da lei, inclusive via fax ou e-mail, para assinatura do instrumento contratual, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.2.1. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

12.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido, ou não comprovação das condições de habilitação exigidas por ocasião da assinatura, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas neste instrumento.

12.4. O TRT-7ª Região, quando o adjudicatário recusar-se a assinar o contrato no prazo estabelecido, ou não comprovar as condições de habilitação, convocará outro licitante, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, e assim sucessivamente, independentemente das sanções cabíveis, observado o disposto nos parágrafos 2º e 3º, do artigo 27, do Decreto nº. 5.450/05.

12.5. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do presente certame licitatório.

13. DO PAGAMENTO

13.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento definitivo, ocasião em que o Tribunal verificará a regularidade da Contratada com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), com a Fazenda Estadual, com a Fazenda Municipal, com a Seguridade Social (INSS), com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

13.1.2. A comprovação da regularidade fiscal poderá ser obtida por este órgão através de consulta ao SICAF ou aos sítios em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar as informações respectivas.

13.1.3. No caso de aplicação de multa o valor respectivo será deduzido da fatura a ser paga.

13.2. Nos casos de atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela Contratante, entre a data limite para pagamento e à correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal, são calculados, na forma do art. 36, §4º da Instrução Normativa nº 02/08 do MPOG, por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

VP = Valor da parcela em atraso.

13.3. As despesas decorrentes do presente processo correrão à conta da **rubrica 3390 39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA**, constante da **atividade 15.108.02.122.057142560023 – APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO**.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, das demais cominações legais, o licitante que, convocado no prazo de validade de sua proposta:

- a) não celebrar o contrato ou não assinar a Ata de Registro de Preços;
- b) deixar de entregar documentação exigida no edital;

- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) não manter a proposta;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) fazer declaração falsa;
- i) cometer fraude fiscal.

14.2. As sanções decorrentes do item 14.1 serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.3. As sanções previstas neste título serão apuradas em processo administrativo autuado contra as empresas que praticarem os atos ilegais tipificados nas alíneas supra.

14.4. Além das sanções previstas neste instrumento, a empresa que vier a ser contratada poderá incorrer nas demais sanções previstas no Termo de Referência.

15. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

15.1. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este procedimento deverão ser enviados ao Pregoeiro, em **até 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, **exclusivamente por meio eletrônico**, via internet, no endereço eletrônico **slicit@trt7.jus.br**.

15.1.1. As respostas aos pedidos de esclarecimento serão encaminhadas diretamente ao interessado através do e-mail informado.

15.2. **Até 02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** este edital.

15.2.1. O pedido de impugnação deverá ser formulado pelo endereço **slicit@trt7.jus.br**, pelo fax (85) 3388-9326 ou por petição protocolada na Diretoria do Serviço de Cadastramento Processual deste Órgão, localizada na Rua Desembargador Leite Albuquerque, 1077, Anexo I, Térreo, CEP 60.150-150, Fortaleza-CE.

15.2.2. O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

15.3. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão juntadas ao processo licitatório garantido o acesso à consulta por qualquer interessado, e serão disponibilizados no sistema eletrônico, por meio da opção **mensagens** e/ou **documentos**.

15.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, **publicado o aviso respectivo no Diário Oficial da União**.

15.5. Eventuais modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O número do CNPJ do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região é 03.235.270/0001-70.

16.2. A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos.

16.3 É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação do contrato com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região para o exercício de funções de chefia, pessoas que tenham sido condenadas em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos (art. 4º da Resolução 156/12 do CNJ):

a) atos de improbidade administrativa;

b) crimes contra a Administração Pública; contra a incolumidade pública; contra a fé pública; hediondos; praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando; de redução de pessoa à condição análoga à de escravo; eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

16.4. As regras do presente certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.5. O Pregoeiro resolverá os casos omissos com base na legislação vigente, podendo promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise da proposta e da documentação apresentada, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo estipulado pelo pregoeiro, **sob pena de inabilitação ou desclassificação da proposta.**

16.6. A critério do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, a presente licitação poderá ser:

a) adiada, por conveniência exclusiva da Administração;

b) revogada ou anulada, no todo ou em parte, nos termos do art. 29 do Decreto nº 5.450/05.

16.6.1. Caso a sessão pública do Pregão seja marcada para dia em que não haja expediente no órgão, o certame ficará automaticamente adiado para o primeiro dia útil subsequente ao anteriormente previsto.

16.7. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros suas propostas e lances.

16.8. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o procedimento licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

16.9. Este edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sítios www.licitacoes-e.com.br e no sítio www.trt7.jus.br, por meio do link: Acesso à Informação\Contas Públicas\Licitação\Pregão Eletrônico.

16.10. Demais informações sobre este certame poderão ser obtidas no horário local de 7h30 às 15h30, na **Divisão de Licitações e Contratos - Setor de Licitações** deste

Tribunal, situada na Rua Vicente Leite nº. 1281 - Anexo II - 6º andar, CEP 60.170-150, Fortaleza-CE, ou através dos telefones (85) 3388.9326 (FAX) e (85) 3388.9329 ou pelo endereço eletrônico slicit@trt7.jus.br

16.11. O suporte técnico para esclarecimentos de dúvidas sobre o sistema licitações e ou problemas de conexão, será prestado através dos telefones **3003 0500**, nas capitais e regiões metropolitanas e **0800-7290500** para as demais localidades.

16.12. É competente o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal na Capital do Estado do Ceará, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer litígios decorrentes do certame de que trata este instrumento.

Fortaleza, 06 de novembro de 2015.

Maria Eveline Fernandes Barreto

Diretora Geral Substituta

ANEXO I



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
PROC. 14.057/2015-5**

7. UNIDADES REQUISITANTES: Divisão de Manutenção.

8. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva no sistema de refrigeração do Fórum do Cariri, com fornecimento de peças por ressarcimento, em regime de empreitada por preço global, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, na forma da Lei 8666/93, conforme especificações que seguem.

9. JUSTIFICATIVA DO REQUISITANTE

- a) Em virtude de o serviço ser especializado e da inviabilidade de o mesmo ser prestado por pessoal do quadro deste regional, tendo em vista a escassez de servidores qualificados e habilitados assim como dos equipamentos adequados;
- b) Na ocorrência de defeitos no sistema, possibilitar o imediato atendimento para o pronto restabelecimento do funcionamento;
- c) A correta manutenção de sistemas de refrigeração, especialmente em locais de altas médias de temperatura ambiente, é indispensável à manutenção de ambiente de trabalho salubre e com o conforto térmico necessário à correta prestação jurisdicional.
- d) Trata-se da execução de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei nº 10.520/02, c/c o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto nº 3.555/00 e parágrafo primeiro do artigo 2º do Decreto nº 5.450/05.
- e) A presente contratação encontra-se em conexão com o planejamento existente neste Tribunal, tendo em vista o provimento de infraestrutura física adequada à prestação jurisdicional.
- f) Considerando o alto custo das peças de reposição do sistema VRF, objetivando a redução de custos deste Tribunal com as mesmas, a Contratada deverá atender ao disposto no Termo de Garantia (Anexo V) do sistema VRF instalado no Fórum de Juazeiro do Norte, de forma a manter a Garantia “Contratual” de 24 (vinte e quatro) meses para o Produto (partes funcionais) e Acessórios (partes funcionais) e simultaneamente de 60 (sessenta) meses para o Compressor, após a conclusão da atividade de Start Up.

10. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1. A descrição detalhada dos equipamentos que compõe o sistema de refrigeração do Fórum do Cariri está no Anexo I – Especificação Técnica dos Equipamentos
2. Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de climatização do Fórum do Cariri, conforme Anexo II – PMOC – PLANO DE MANUTENÇÃO OPERAÇÃO E CONTROLE.
3. Os serviços deverão ser executados por equipe especializada com capacitação técnica e experiência em operação e manutenção de Sistemas de Refrigeração tipo VRF – *Variable Refrigerant Flow*, conforme item 8. Estes serviços deverão ser devidamente supervisionados pelo profissional responsável técnico da empresa.
4. A Contratada deverá utilizar nas manutenções preventivas e corretivas os equipamentos listados no anexo III, além de outros que se façam necessários.
5. A contratada deverá realizar o “TAGueamento” (Identificação Individual) através de etiqueta adesiva de todas as unidades internas e externas, para referência individualizada nos relatórios e fichas de controle de manutenção preventiva e corretiva.
6. A Contratada Deverá manter atualizada uma ficha de controle de visitas técnicas realizadas “in loco”, conforme Anexo II, assim como enviar cópia que fará parte dos relatórios de serviços mensais.

11. Da Manutenção Preventiva:

- 1.A manutenção preventiva será realizada conforme o cronograma mínimo estabelecido pelo Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC (Anexo II), preferencialmente em horário comercial.

5.1.1 Excepcionalmente, caso autorizado pela fiscalização, poderão ser realizados serviços em finais de semana e feriados, sem ônus adicionais ao contratante.

- 2.Serão executados no mínimo os procedimentos relacionados no Anexo II, além de outros que se façam necessários conforme as normas técnicas vigentes.
- 3.As Visitas de manutenção preventiva deverão ser comunicadas por escrito (ofício ou comunicação eletrônica) aos fiscais da contratação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

12. Da Manutenção Corretiva:

1. Os serviços de manutenção corretiva serão prestados sempre que se fizer necessário sem limite de número de chamados.
2. A manutenção corretiva deverá ser realizada em obediência aos seguintes prazos:

I - Atender à solicitação de manutenção corretiva, em até **1 (uma) hora** da solicitação do fiscal do contrato, efetuada na forma de abertura de **Ordem de Serviço (O.S.)** através de ofício ou comunicação eletrônica;

II- Quando não houver necessidade de substituição de peças, a conclusão dos reparos deverá ser efetuada, no máximo, em **24 (vinte e quatro) horas**, contadas do recebimento da solicitação. Verificada a necessidade de substituir peças, a Contratada deverá comunicar imediatamente ao fiscal. O prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para conclusão dos reparos será contado a partir da autorização do fiscal e a conclusão dos reparos deverá ser comunicada ao fiscal do contrato na forma de encerramento da O.S.

3. A Contratada deverá disponibilizar um telefone para chamados emergenciais, em sistema 24h x 7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana).

1. São caracterizados como chamados emergenciais quaisquer defeitos nas instalações que possam afetar a segurança pessoal, material, às atividades fins deste TRT ou que provoquem grande desperdício de água e energia.

13. Do fornecimento e substituição dos materiais e/ou peças:

1. Caberá a contratada o fornecimento, sem ônus à contratante, de materiais de consumo e limpeza necessários aos serviços tais como: álcool, água destilada, óleos lubrificantes, WD 40, grafite spray, vaselina, detergente, sabão, estopas, panos, palha de aço, utensílios e produtos de limpeza, graxas e desengraxantes, produtos anti-ferrugem, tintas, solventes, fitas isolantes (convencional e alta fusão), fitas teflon, materiais isolantes de linha de fluidos, isopor, braçadeiras de nylon, pilhas, rebites, parafusos, porcas, buchas, lixas e demais itens de natureza similar. Tais itens e outros similares não serão pagos diretamente devendo seus respectivos custos estar considerados nos custos do serviço.

2. Dos Materiais de Reposição:

1. Diagnosticados desgastes, falhas ou defeitos, durante a manutenção preventiva ou corretiva, que imponham a necessidade de substituição de peças, a Contratada deverá apresentar à Contratante, solicitação da autorização contendo relatório com a justificativa da necessidade. Poderá ser solicitado, a critério da contratante, laudo técnico detalhado de forma a justificar a necessidade. A substituição de materiais/peças danificadas ou com vida útil exaurida dar-se-á, somente por novos, originais, compatíveis com as existentes, não sendo aceitas as que apresentarem qualquer indício de defeito ou pré-utilização.

2. Os materiais/peças necessárias à execução dos serviços deverão ser adquiridos e substituídos pela contratada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da autorização para sua reposição.

3. As peças substituídas deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato por ocasião da prestação dos serviços.
4. A fiscalização poderá solicitar a qualquer momento o fornecimento e a substituição de peças e equipamentos que julgue necessário;
5. A Contratada deverá verificar a compatibilidade das peças novas com as existentes e adquiri-las com total compatibilidade sem prejuízos à segurança e ao desempenho dos sistemas;
6. O fornecimento das peças de reposição se dará por **ressarcimento**. A contratada apresentará três orçamentos de mercado à contratante para aprovação.
7. A CONTRATANTE poderá recusar da CONTRATADA orçamento de materiais cujo valor estiver acima dos valores de mercado, podendo obter orçamento específico por sua própria iniciativa para efeito comparativo.
8. A CONTRATADA não poderá recusar-se a adquirir a peça no fornecedor de menor preço.
9. A contratada apresentará mensalmente as Notas Fiscais das aquisições para ressarcimento. Caso a Nota Fiscal seja de terceiros, esta deverá ser emitida em favor da Contratada.
10. O item será integralmente reembolsado sem aplicação de BDI ou qualquer outra despesa.
11. As peças eventualmente adquiridas pelo Contratante por procedimento próprio para equipamentos existentes deverão ser montadas/instaladas pela contratada sem ônus adicionais ao contratante.

3. Dos Gases Refrigerantes:

1. O Fornecimento de gases refrigerantes ocorrerá por conta da contratada sem ônus adicionais à contratante;
2. O gás refrigerante para as máquinas de sistema VRF deverão ser da marca DUPONT, 410 A, conforme orientação do fabricante dos equipamentos, de modo a garantir o máximo rendimento do sistema e maior eficiência energética.

14. DA EQUIPE TÉCNICA

1. Os profissionais que compõe a equipe técnica da Contratada, listados nos itens **8.2** e **8.3**, deverão possuir vínculo empregatício com a mesma, a ser comprovado no ato da assinatura do contrato.
2. **Profissional Técnico de Manutenção em Sistemas de Climatização tipo Split e VRF**

1. **Formação profissional requerida:** certificado de capacitação fornecido pelo fabricante do equipamento VRF, conforme Anexo I, ou instituição de ensino profissional, para manter e operar o equipamento VRF, além de experiência mínima de 6 meses na manutenção de sistemas Split e VRF, comprovada através de vínculo celetista (meio de prova – C.T.P.S.) ou civil (contrato de prestação de serviços autônomos – meio de prova – Termo ou compromisso contratual). A CONTRATADA deverá fornecer tantos profissionais, com essa formação, quantos forem necessários ao bom atendimento do serviço objeto deste Contrato.

3. Engenheiro Mecânico Supervisor

1. **Formação profissional requerida:** certificado de conclusão de curso de Engenharia Mecânica e experiência em manutenção de Sistemas tipo VRF equivalente aos instalados nas dependências do CONTRATANTE, comprovada mediante Certidão de Acervo Técnico emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA.
4. A Contratada deverá apresentar a documentação de comprovação da equipe técnica no ato de assinatura do contrato.

15. DAS VISITAS TÉCNICAS PROGRAMADAS E EVENTUAIS

1. **Visitas programadas e eventuais:** consistem nas atividades de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas, contemplando também visitas emergenciais em atendimento a chamados do CONTRATANTE. Os profissionais que realizarão estas atividades serão responsáveis por manter a operação do sistema objeto deste Contrato, bem como seu bom estado de conservação e limpeza;
2. **Visitas técnicas:** Consistem nas atividades de gestão da manutenção objeto deste Contrato. Deverão ser realizadas pelo profissional indicado **no item 8.3**, o qual será designado Preposto e responsável pela inspeção das atividades, elaboração de relatórios, cronogramas e auxílio técnico. Deverá realizar uma visita mensal ou sempre que sua presença for solicitada pelo CONTRATANTE e deverá comparecer também sempre que o profissional técnico responsável pelas visitas programadas e eventuais não for capaz de solucionar os problemas existentes;

16. DOS RELATÓRIOS TÉCNICOS:

1. Juntamente com a nota fiscal do mês da prestação dos serviços, deverão ser entregues:
10. Relatório de manutenção Preventiva e Corretiva contendo no mínimo as seguintes informações: Serviços executados em cada equipamento; Condições gerais de funcionamento de todos os sistemas envolvidos; Medição das grandezas; relatórios

fotográficos e Providências a serem adotadas. O relatório deverá ser devidamente assinado pelo responsável técnico por estes serviços.

11. Fichas de controle de material e peças de reposição contendo no mínimo as seguintes informações: Discriminação; Valor; Local de instalação dos materiais/peças empregados e reparos e; Providências a serem adotadas quando o problema detectado não for solucionado de imediato.

12. Notas fiscais para ressarcimento de peças utilizadas, quando for o caso.

17. DADOS COMPLEMENTARES:

1. DO PRAZO INICIAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1. A prestação dos serviços se iniciará imediatamente após a assinatura do contrato.
2. A primeira manutenção preventiva deverá ser executada em até 10 (dez) dias após a emissão de Ordem de Serviço pela Divisão de Manutenção.
3. O agendamento das manutenções preventivas deverá ser entregue (ofício ou comunicação eletrônica), aos fiscais do contrato, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da realização dos serviços.

2. LOCAL, HORÁRIOS E DIAS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

1. Os serviços serão prestados no prédio do Fórum Trabalhista do Cariri, localizado na Rua Rafael Malzoni, 761 – Bairro: São José, Juazeiro do Norte - CE.
2. O horário de prestação dos serviços de manutenção será preferencialmente durante o expediente do Fórum (Segunda a Sexta de 7h30 as 15h30).
3. Os serviços que necessitem o desligamento total ou parcial do sistema, poderão ser executados em horários complementares, inclusive durante finais de semana, quando autorizado pela Fiscalização e sem ônus adicionais à contratante.

3. PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

1. O objeto deste certame será recebido mensalmente provisoriamente com o recebimento da Nota Fiscal. Deverá ser entregue, juntamente com a Nota Fiscal, a documentação elencada no **item 10** deste Termo de Referência;
2. Os fiscais da execução terão até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal para verificação da conformidade dos serviços prestados com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e emissão de atesto e recebimento definitivo.

3. Caso haja alguma documentação, de responsabilidade da contratada, pendente, irregular ou vencida o prazo estabelecido anteriormente será interrompido até sua regularização.
4. O recebimento definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios de qualidade do material empregado ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência, verificados posteriormente.

4. PROPOSTA DE PREÇO

1. A proposta deverá incluir os custos com: Manutenções preventivas conforme periodicidade estabelecida neste Termo e quantas corretivas forem necessárias, sendo incluídos todos os custos com materiais de consumo e limpeza (**item 7.1**), gases refrigerantes, ferramentas, EPIS, equipamentos, pessoal, tributos, fretes, seguros, despesas administrativas do fornecimento dos materiais de ressarcimento e demais encargos necessários à plena e completa execução do serviço;
2. A proposta será de valor global anual com pagamento mensal em doze parcelas.
3. Juntamente com a proposta, deverá ser apresentada Declaração do fabricante dos equipamentos do sistema VRF do Fórum do Cariri de que a Proponente é credenciada para realizar serviços de manutenção, assegurando o período de Garantia “Contratual” do fabricante de 24 (vinte e quatro) meses para produto e acessórios e 60 (sessenta) meses para compressor, nos termos do documento “Termo de Garantia Ar Condicionado Linha Multi V” (Anexo V) para o sistema VRF, sem ônus adicionais ao Contratante.
4. A proposta deverá detalhar os quantitativos de materiais e insumos, bem como valores referentes a mão-de-obra e o percentual de encargos sociais considerado.

5. VISTORIA TÉCNICA PRELIMINAR:

1. Será facultado aos licitantes efetuar vistoria, tomando conhecimento das condições dos sistemas. O Agendamento poderá ser feito através do telefone: (085) 3388-9336.
2. Não será motivo de inabilitação da licitante a não realização da visita, porém, a empresa estará assumindo os riscos com despesas adicionais, visto que não poderá alegar desconhecimento das condições de trabalho para justificar qualquer tipo de impossibilidade de execução de manutenção porquanto os ambientes estão abertos para visitas que possibilitem a inclusão de quaisquer previsões orçamentárias mediante julgamento individual de cada licitante, para compor o orçamento que irá gerar sua proposta.

18. DA HABILITAÇÃO

1. Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:
 - a) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99;
 - b) habilitação jurídica;
 - c) regularidade fiscal e trabalhista;
 - d) qualificação econômico-financeira;
 - e) qualificação técnica;
2. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da CF, dar-se-á mediante declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
3. Os documentos relativos à Habilitação jurídica são:
 - a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
 - d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
4. Os documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista são:
 - a) Prova de regularidade relativa às Fazendas Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal ;
 - b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS)
 - c) Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
5. Para comprovação da **qualificação econômico-financeira** o licitante deverá apresentar Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
6. Para comprovação da **qualificação técnica** o licitante deverá apresentar:
 1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;

2. Certidão de acervo técnico (CAT) expedida pelo CREA ou atestado(s) de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado naquela entidade, em que se comprove que executou, pelo Responsável Técnico indicado pelo licitante os serviços de **manutenção em sistemas de refrigeração tipo VRF – Variable Refrigerant Flow**.
3. O profissional indicado a Responsável Técnico deverá ter vínculo com a proponente. O vínculo poderá ser societário (os profissionais integram o quadro societário da proponente - meio de prova – Contrato social), celetista (funcionário da proponente – meio de prova – C.T.P.S.) ou civil (contrato de prestação de serviços autônomos – meio de prova – Termo ou compromisso contratual).

19. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1. Caberá a fiscalização do contrato ao Diretor da Divisão de Manutenção – **André Luiz Firmino Gonzaga**, auxiliado no Local de Execução pelo servidor **Ovídio Alencar Araripe Cariri**, doravante denominados FISCALIS DA EXECUÇÃO. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas pelos seus substitutos automáticos Francisco Erlane Capistrano Damasceno e Manoel João Rodrigues, respectivamente.
2. A Administração poderá designar outro fiscal, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.
3. Os Fiscais do contrato terão autoridade para proceder toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução contratual, realizando todos os atos previstos como responsabilidade do fiscal, bem como aqueles que no transcorrer de contrato se fizerem necessários, zelando pela sua boa execução;
4. Os fiscais do contrato deverão comunicar à Administração do Tribunal qualquer fato relevante que obste a execução do contrato ou o perfeito exercício de suas obrigações como fiscal, bem como, solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução contratual e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem estas solicitações.
5. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.
6. As informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada poderão ser obtidos através dos telefones 3388 9386 (Fiscal da Execução TRT).

7. Caberá aos FISCAIS DA EXECUÇÃO:

1. Aprovar o agendamento das manutenções preventivas e corretivas apresentado pela Contratada.
2. Receber e revisar os relatórios, relacionados **no item 10** deste Termo de Referência.
3. Receber todas as peças defeituosas ou desgastadas substituídas na realização dos serviços;
4. Receber mensalmente toda a documentação exigida para o pagamento;
5. Atestar mensalmente a execução e o recebimento dos serviços contratados, emitindo relatório circunstanciado de ocorrências referentes aos serviços executados, indicando eventuais atrasos, bem como inconformidades na execução dos serviços e/ou descumprimento de cláusulas contratuais;
6. Acompanhar a execução dos serviços com o objetivo de garantir o fiel cumprimento do contrato;
7. Verificar de forma contínua os canais de comunicação com a fiscalização do contrato (e-mail, fax ou telefone) e responder às solicitações nos prazos estabelecidos;
8. Solicitar à Contratada a substituição de qualquer material ou equipamento cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação das instalações prediais e equipamentos, ou ainda, que não atendam às necessidades;
9. Notificar à Contratada acerca de eventuais imperfeições na execução dos serviços, que deverá corrigir, refazer e retificar, às suas expensas, os serviços ou em desacordo com as especificações ou com resultados insatisfatórios;
10. Realizar todos os atos previstos como responsabilidade da FISCALIZAÇÃO, bem como aqueles que no transcorrer de contrato se fizerem necessários, zelando pela sua boa execução;
11. Sugerir à Administração a aplicação de penalidade prevista no instrumento de contrato, com a devida fundamentação;
12. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Contratante reserva-se o direito de, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, sem que o exercício dessa faculdade envolva, a qualquer tempo, anuência ou co-responsabilidade de sua parte para com a contratada, podendo para isso ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, que se achar em condições ou atitude incompatível com a natureza do serviço prestado, ou cuja permanência na

área, julgar inconveniente. Tal substituição será precedida de justificativa por parte do Contratante;

- 13.** Na hipótese do item anterior a Contratada adotará providências imediatas, a fim de assegurar a execução normal dos serviços sem solução de continuidade.

20. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Emitir a Nota de Empenho, proceder à assinatura do Contrato nas condições estabelecidas neste Termo;
2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do TRT relacionadas à execução do contrato;
3. Exercer a fiscalização dos serviços e a gestão contratual por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;
4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada;
5. Efetuar os pagamentos na forma e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
2. Iniciar os serviços contratados imediatamente após a assinatura do contrato.
3. Registrar, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado do Ceará – CREA – CE documento de Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços de manutenção objeto deste Termo de Referência.
4. Executar os serviços de acordo com as rotinas e parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência, observando, inclusive, o fornecimento e o uso adequado dos equipamentos, ferramentas e utensílios, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação e substituí-los, quando danificados ou extraviados, sem impactar a prestação do serviço e sem qualquer ônus adicionais à Contratante;
5. Acompanhar os serviços a serem executados, por meio de preposto, a fim de solucionar problemas que envolva(m) o(s) profissional(is) responsável(is) pela execução dos serviços, requisições de serviços, fornecimento de documentos e demais assuntos relacionados com a prestação dos serviços;
6. O preposto terá a obrigação de se reportar aos fiscais do contrato, por escrito, através de documento formal ou eletrônico (e-mail), acerca de qualquer anormalidade referente à execução dos serviços, além de tomar as providências pertinentes para

que sejam corrigidas as falhas detectadas, bem como atender prontamente às observações e exigências dos fiscais do contrato e prestar os esclarecimentos solicitados;

7. Atender e solucionar os incidentes, problemas e requisições de serviços previstos no escopo deste Termo de Referência;
8. Selecionar e preparar os empregados que irão prestar serviços, treinando-os para o uso adequado dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, e ainda, quanto à prevenção de incêndios, objetivando a correta execução dos serviços;
9. Não permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais;
10. Não suspender ou interromper, total ou parcial, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;
11. Fornecer todos os produtos, materiais, ferramentas, equipamentos e instrumentos necessários à boa execução dos serviços de manutenção, na forma estabelecida no item 13.
12. Fornecer todas as peças e os materiais novos, originais, compatíveis com os existentes, não sendo aceitos os que apresentarem qualquer indício de defeito ou pré-utilização;
13. Realizar o transporte vertical e horizontal de equipamentos, ferramentas e maquinários necessários à completa realização dos serviços sem ônus adicionais ao contratante.
14. Adquirir e substituir os materiais/peças necessários à execução dos serviços no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da autorização do fiscal da execução;
15. Entregar à Contratante todas as peças defeituosas ou desgastadas substituídas por ocasião da manutenção;
16. Entregar ao Fiscal da Execução do Contrato, mensalmente, quando da emissão da nota fiscal, as Fichas de Controle de Serviço e Material e o Relatório de Manutenção emitido pelo responsável técnico, conforme item 10.
17. Obedecer às normas e procedimentos de segurança do trabalho, com o fornecimento aos seus empregados de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados ao risco e em perfeito estado de conservação, limpeza e funcionamento, fiscalizar a utilização dos mesmos assim como responsabilizar-se pela inspeção periódica destes equipamentos providenciando sua substituição quando necessário; Todos os equipamentos de Proteção Individual devem ter Certificado de Aprovação;
18. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio de seus encarregados;

19. Obedecer às normas, padrões, rotinas e metodologia estabelecidos pela Contratante, em especial as que disserem respeito à segurança, à confiabilidade e à integridade de documentos e materiais;
20. Submeter-se à fiscalização do Contratante que acompanhará a execução dos serviços, orientando, fiscalizando e intervindo no seu exclusivo interesse, a fim de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;
21. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados. A fiscalização do Contratante lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar;
22. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao TRT 7ª Região ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus empregados, na execução do serviço, bem como pelo extravio de bens, documentos ou valores de propriedade do Contratante, ou de seus juízes e servidores, que comprovadamente tenha sido realizado por seus empregados ou prepostos durante a execução dos serviços contratados, devendo a Contratada assumir, nesse caso, a obrigação de efetuar a respectiva indenização até o 5º (quinto) dia útil após a comunicação, que lhe será feita por escrito, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
23. Informar o regime tributário, bem como a eventual concessão de isenções, imunidades ou benefícios fiscais, compatíveis com o serviço contratado e as suas alterações, devidamente comprovados;
24. Responder por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da Legislação Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), Previdenciária, Trabalhista, seguros contra acidentes e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com este Regional. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Termo de Referência;
25. Responder por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados na execução do objeto do contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências do Contratante;
26. Cumprir, rigorosamente, o que preceituam as Normas Regulamentadoras – NR, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;
27. Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

28. Aceitar os acréscimos ou supressões julgados necessários pelo Contratante, nos limites estabelecidos no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
29. Executar os trabalhos com o mínimo de interferência no regular funcionamento das atividades realizadas no local;
30. Garantir que todas as atividades de manutenção sejam realizadas dentro dos padrões de qualidade, segurança e higiene, observando os requisitos da medicina do trabalho e prevenção contra incêndio, com ênfase no uso de ferramentas adequadas e instrumentos de aferição necessários;
31. Responsabilizar-se pelo transporte e guarda dos materiais e das peças utilizados na execução dos serviços;
32. Manter os locais destinados à execução dos serviços convenientemente limpos e livres de qualquer sujeira, recolhendo imediatamente todo o entulho proveniente da execução;
33. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
34. Elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;
35. Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;
36. Assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98 de 20 de abril de 2012;
37. Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão;

22. FORMA DE PAGAMENTO

1. Os pagamentos serão efetuados **mensalmente** em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento definitivo, ocasião em que o Tribunal verificará a regularidade da Contratada com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), com a Fazenda Estadual, com a Fazenda Municipal, com a Seguridade Social (INSS), com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT),

23. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

1. O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades.

2. Não será permitido, sob qualquer pretexto, que os empregados da CONTRATADA tenham acesso às dependências do CONTRATANTE para desenvolver suas atividades: Sem farda ou com fardamenta incompleta, bem como trajando bermudas e camisetas, ou sem o crachá identificador fornecido pela CONTRATADA;

24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. O atraso injustificado na prestação dos serviços de manutenção corretiva ou preventiva sujeitará a Contratada à multa de mora, no percentual de **0,1% (um décimo por cento) por hora**, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 24% (vinte e quatro por cento).
2. Se o atraso de que trata o item supra ultrapassar o prazo de 10 dias, a Administração poderá entender pela inexecução total do contrato.
3. Além das sanções previstas nos itens supra, a Contratada poderá incorrer nas seguintes sanções:
 - a) Advertência;
 - b) multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do Contrato.
 - c) multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução total do Contrato.
 - d) multa, pelo descumprimento das obrigações, conforme as tabelas 1 e 2 com base anual:

TABELA 1

RAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,1% do valor anual do Contrato
2	0,2% do valor anual do Contrato
3	0,3% do valor anual do Contrato
4	0,5 % do valor anual do Contrato

TABELA 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
01	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por ocorrência
02	Recusar-se a executar serviços determinados pela fiscalização previstos em contrato.	3	Por ocorrência
03	Manter funcionário sem qualificação para executar os	2	Por ocorrência

	serviços contratados.		
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais.	4	Por ocorrência
05	Suspender ou interromper os serviços contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.	4	Por Ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
06	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do fiscal do contrato.	2	Por ocorrência
07	Obedecer às normas, padrões, rotinas e metodologia estabelecidos pela CONTRATANTE.	2	Por ocorrência
08	Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados no prazo determinado pela fiscalização do CONTRATANTE.	2	Por ocorrência
09	Observar, na execução dos serviços, normas e procedimentos necessários à preservação ambiental.	3	Por ocorrência
10	Fornecer os materiais e equipamentos relacionados neste Termo em perfeitas condições de uso;	3	Por ocorrência
11	Acompanhar os serviços a serem executados, por meio de responsável técnico, nos termos deste Termo.	3	Por ocorrência
12	Fornecer orçamentos de mercado e adquirir peças e materiais de reposição por ressarcimento	3	Por ocorrência

d) Multa, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento), calculada sobre o valor global, para os demais casos de descumprimento contratual, limitado a 10% (dez por cento)..

e) Multa, no percentual de 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, pelo descumprimento de quaisquer das obrigações, limitado a 10% (dez por cento).

4. A Contratada estará sujeita ainda a outras sanções administrativas, conforme a modalidade de Licitação a ser adotada.
5. A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, na forma da lei.

25. VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, contado da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93.

1. Extrapolado o período de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta, poderão os Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva do sistema de refrigeração do Fórum do Cariri sofrer reajuste tendo por base o IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado da FGV - Fundação Getúlio Vargas. Na hipótese de suspensão, extinção e/ou vedação do uso do índice de atualização do preço deste Contrato, fica desde já eleito o índice que oficialmente vier a substituí-lo, ou o que melhor reflita a variação dos custos do período, acordado entre as partes como índice substitutivo a vigorar.

26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente desta contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Regional.

27. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NOS DOIS EXERCÍCIOS FINANCEIROS SUBSEQUENTES: Haverá impacto orçamentário no exercício financeiro de 2016, referente ao contratado em 2015. O impacto orçamentário referente ao restante do exercício de 2016 e todo o exercício de 2017 dependerá de eventual prorrogação contratual.

28. CUSTO ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: Conforme Anexo IV.

André Luiz Firmino Gonzaga

Diretor da Divisão de Manutenção

ANEXO I – Especificação Técnica dos Equipamentos

Quant.	Tipo	Capacidade	Marca	Modelo
4	Condensadora VRF	18 HP - 170.650 btu/h	LG	ARUV 180LTS4
1	Condensadora VRF	20 HP - 191.128 btu/h	LG	ARUV 200LTS4
5	Recuperador de Calor	1000 m3/F	LG	ECO V-LZ- H1000GBA2. ENWALEU
9	Evaporadora CASSETE VRF	9.000 BTU/h	LG	ARNU09GTRA2.ANWALD
33	Evaporadora CASSETE VRF	12.000 BTU/h	LG	ARNU12GTRA2.ANWALD
14	Evaporadora CASSETE VRF	18.000 BTU/h	LG	ARNU18GTRA2.ANWALD
2	Evaporadora PISO TETO VRF	36.000 BTU/h	LG	URNU36GVKA. ENWALEU
2	Split HI WALL	9.000 BTU/h	SPRINGER CARRIER	
1	Split HI WALL	12.000 BTU/h	SPRINGER CARRIER	
3	Split HI WALL	18.000 BTU/h	MIDEA CARRIER	
8	Split HI WALL	22.000 BTU/h	MIDEA CARRIER	
1			LG	Módulo Controlador LG

ANEXO II – PLANO DE MANUTENÇÃO OPERAÇÃO E CONTROLE

A CONTRATADA deverá realizar TODAS as rotinas previstas e recomendadas no PLANO DE MANUTENÇÃO OPERAÇÃO E CONTROLE indicado pelo fabricante.

- a.** Para cada etapa das manutenções preventivas (mensal, bimestral, trimestral, semestrais ou anual) deverão ser emitidos relatórios técnicos contemplando todos os itens verificados de forma detalhada, informe dos procedimentos utilizados, materiais substituídos, laudos conclusivos, problemas detectados, sugestões para melhorias;

Deverão ser observados os procedimentos indicados nas seguintes fichas de PMOC:

1. Unidades Externas MULTI V Plus (VRF)
2. Unidades Internas (Indoor Units) (VRF)
3. Equipamentos tipo Split (unidades internas e externas)
4. Quadros;
5. Tubos e Dutos;
6. Registro de Anormalidades
7. Controle de Visitas Técnicas

ANEXO III – FERRAMENTAS NECESSÁRIAS

As ferramentas listadas abaixo, servem apenas como indicativo mínimo de referência, devendo a contratada se responsabilizar por fornecer imediatamente todo e qualquer ferramenta e meios para completa execução do serviço sem ônus adicionais à contratante.

ID.	FERRAMENTAS/ EQUIPAMENTOS	UNIDADE	QTD.
01	Alicate Amperímetro com medição de Corrente (1000A) e Tensão (750V) True RMS	un	1
02	Alicate de Bico Chato 6” isol.: 1000V	un	1
03	Alicate de Corte Diagonal 6” em carbono Niquelado	un	1
04	Alicate de Pressão 10”	un	1
05	Alicate Selador 13/16mm	un	1
06	Alicate Universal 8” com isolamento 1000V	un	1
07	Anemômetro manual para regulagem de vazão	un	1
08	Arco Serra cabo emborrachado com compartimento para serras	un	1
09	Bomba de Graxa manual ½ kg (engraxadeira)	un	1
10	Bomba de Vácuo	un	1
11	Cavalete em Fibra de Vidro Multiuso	un	1
12	Chave Canhão	1/4"	1
13	Chave Canhão	5/16"	1
14	Chave de Anel/Estrela 6 a 22mm	Estojo c/ mín. 8	1
15	Chave de Boca 6 a 22mm	Estojo c/ mín. 8	1
16	Estojo soquete	Estojo c/ mín.10: tam 10 a 22	1
17	Chave de Grife	Nº 14	1
18	Chave de Grife	Nº 18	1
19	Chave Fenda	1/4 x 8	1
20	Chave Fenda	3/16" x 6	1
21	Chave Fenda	1/8" x 6	1

22	Chave Fenda	1/4" x 1/2" ou 1/4" x 1 1/2"	1
23	Chave L	1/2"	1
24	Chave L	9/16"	1
25	Chave L	11"	1
26	Chave Philips	1/4" x 8	1
27	Chave Philips	3/16" x 8	1
28	Chave Regulagem	8"	1
29	Chave Regulagem	12"	1
30	Chave Regulagem	16"	1
31	Conjunto de Solda	PPU	1
32	Escala ou Trena	Metragem 5 metros	1
33	Ferro de Solda profissional 40W 220V	un	1
34	Furadeira de impacto profissional 500 W c/ mandril de 1/2"	un	1
35	Iluminação de emergência (Tipo Socorro)	un	1
36	Jogo de Broca em aço de 1 a 13mm	Jogo	1
37	Jogo de Chave Allen 25 peças	Jogo	1
38	Jogo de Saca Pino	Jogo c/mín. 4 pcs	1
39	Jogo de Vasadores 12 peças	Jogo	1
40	Jogo Flangeador 275 1/8" a 3/4"	Jogo	1
41	Lanterna Ultra Brilhante	un	1
42	HidroLavadora de Pressão Industrial 220V 90 BAR 1700W	un	1
44	Macaco Hidráulico	un	1
45	Mala para ferramentas	un c/ 3 andares	1
46	Manômetro/Manifuld	un	1
47	Martelo Bola	1/2 Kg	1
50	Saca Polia 150 mm	Com 3 Garras	1
51	Tacômetro ou Conta-giros	un	1

52	Talhadeira Chata 10"	un	1
53	Termômetro portátil 5 pontos função HOLD, Máximo, Mínimo e Média	un	1
54	Tesoura de Anel (Cortador de tubo)	un	1
55	Transferidora de gás	un	1
56	Vacuômetro	un	1

Anexo IV – Planilha de Formação de Custos

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

ANEXO IV DO TERMO DE REFERENCIA

Objeto	Quantidade	Preço Mensal
Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva no sistema de refrigeração do Fórum do Cariri, com fornecimento de peças por ressarcimento, em regime de empreitada por preço global, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, na forma da Lei 8666/93, conforme Termo de Referência.	12	R\$ 13.907,47
Preço Médio Anual		R\$ 166.889,64

André Luiz Firmino Gonzaga
Diretor da Divisão de Manutenção

Anexo V – Termo de Garantia Ar Condicionado Linha Mult V

ANEXO II



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

MINUTACONTRATUAL

CONTRATO Nº ____/____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA SÉTIMA REGIÃO E A
.....

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SÉTIMA REGIÃO**, com sede na Av. Santos Dumont nº 3.384, nesta capital, inscrito no CNPJ sob o nº 03.235.270/0001-70, neste ato representado por sua Diretora Geral **ANA PAULA BORGES DE ARAÚJO ZAUPA**, portadora do CPF 362.084.933-15 e RG nº 769169 SSP/PI, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado,, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na, CEP, inscrita no CNPJ nº., adiante denominada **CONTRATADA**, aqui representada por, portadora da carteira de identidade nº., e do CPF nº., resolvem firmar o presente negócio jurídico, com fundamento na Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2.000 e alterações posteriores, Decreto 5.450 de 31/05/05 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, tendo em vista certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, sob o nº. /, e no que consta do processo administrativo nº., mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente avença consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva no sistema de refrigeração do Fórum do Cariri, com fornecimento de peças por ressarcimento, em regime de empreitada por preço global, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, na forma da Lei 8666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CONTRATO

2.1 - São partes integrantes deste termo, como se aqui estivessem integralmente transcritos, os seguintes documentos:

- a) o Edital do Eletrônico nº/..... e seus anexos;
- b) a Proposta apresentada pela CONTRATADA.

2.2 - Considera-se expressamente revogado o contido na proposta da Contratada que disponha em contrário ao estabelecido neste termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - A descrição detalhada dos equipamentos que compõe o sistema de refrigeração do Fórum do Cariri está no Anexo I – Especificação Técnica dos Equipamentos do Termo de Referência;

3.2 - Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de climatização do Fórum do Cariri, conforme Anexo II – PMOC – Plano de Manutenção Operação e Controle, do Termo de Referência.

3.3 - Os serviços deverão ser executados por equipe especializada com capacitação técnica e experiência em operação e manutenção de Sistemas de Refrigeração tipo VRF – *Variable Refrigerant Flow*, conforme **item 8 do Termo de Referência**, que trata da Equipe Técnica. Estes serviços deverão ser devidamente supervisionados pelo profissional responsável técnico da empresa.

3.4 - A Contratada deverá utilizar nas manutenções preventivas e corretivas os equipamentos listados no Anexo III do Termo de Referência, além de outros que se façam necessários.

3.5 - A contratada deverá realizar o “*TAGueamento*” (Identificação Individual) através de etiqueta adesiva de todas as unidades internas e externas, para referência individualizada nos relatórios e fichas de controle de manutenção preventiva e corretiva.

3.6 - A Contratada Deverá manter atualizada uma ficha de controle de visitas técnicas realizadas “in loco”, conforme Anexo II do Termo de Referência, assim como enviar cópia que fará parte dos relatórios de serviços mensais.

3.7 - Da Manutenção Preventiva:

3.7.1 - A manutenção preventiva será realizada conforme o cronograma mínimo estabelecido pelo Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC (Anexo II do Termo de Referência), preferencialmente em horário comercial.

3.7.1.1 - Excepcionalmente, caso autorizado pela fiscalização, poderão ser realizados serviços em finais de semana e feriados, sem ônus adicionais ao contratante.

3.7.2 - Serão executados no mínimo os procedimentos relacionados no Anexo II do Termo de Referência, além de outros que se façam necessários conforme as normas técnicas vigentes.

3.7.3 - As Visitas de manutenção preventiva deverão ser comunicadas por escrito (ofício ou comunicação eletrônica) aos fiscais da contratação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

3.8 - Da Manutenção Corretiva:

3.8.1 - Os serviços de manutenção corretiva serão prestados sempre que se fizer necessário sem limite de número de chamados.

3.8.2 - A manutenção corretiva deverá ser realizada em obediência aos seguintes prazos:

I - Atender à solicitação de manutenção corretiva, em até **1 (uma) hora** da solicitação do fiscal do contrato, efetuada na forma de abertura de **Ordem de Serviço (O.S.)** através de ofício ou comunicação eletrônica;

II - Quando não houver necessidade de substituição de peças, a conclusão dos reparos deverá ser efetuada, no máximo, em **24 (vinte e quatro) horas**, contadas do recebimento da solicitação. Verificada a necessidade de substituir peças, a Contratada deverá comunicar imediatamente ao fiscal. O prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para conclusão dos reparos será contado a partir da autorização do fiscal e a conclusão dos reparos deverá ser comunicada ao fiscal do contrato na forma de encerramento da O.S.

3.8.3 - A Contratada deverá disponibilizar um telefone para chamados emergenciais, em sistema 24h x 7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana).

3.8.3.1 - São caracterizados como chamados emergenciais quaisquer defeitos nas instalações que possam afetar a segurança pessoal, material, às atividades fins deste TRT ou que provoquem grande desperdício de água e energia.

3.9 - Do fornecimento e substituição dos materiais e/ou peças:

3.9.1 - Caberá a contratada o fornecimento, sem ônus à contratante, de materiais de consumo e limpeza necessários aos serviços tais como: álcool, água destilada, óleos lubrificantes, WD 40, grafite spray, vaselina, detergente, sabão, estopas, panos, palha de aço, utensílios e produtos de limpeza, graxas e desengraxantes,

produtos anti-ferrugem, tintas, solventes, fitas isolantes (convencional e alta fusão), fitas teflon, materiais isolantes de linha de fluidos, isopor, braçadeiras de nylon, pilhas, rebites, parafusos, porcas, buchas, lixas e demais itens de natureza similar. Tais itens e outros similares não serão pagos diretamente devendo seus respectivos custos estar considerados nos custos do serviço.

3.9.2 - Dos Materiais de Reposição:

3.9.2.1 - Diagnosticados desgastes, falhas ou defeitos, durante a manutenção preventiva ou corretiva, que imponham a necessidade de substituição de peças, a Contratada deverá apresentar à Contratante, solicitação da autorização contendo relatório com a justificativa da necessidade. Poderá ser solicitado, a critério da contratante, laudo técnico detalhado de forma a justificar a necessidade. A substituição de materiais/peças danificadas ou com vida útil exaurida dar-se-á, somente por novos, originais, compatíveis com as existentes, não sendo aceitas as que apresentarem qualquer indício de defeito ou pré-utilização.

3.9.2.2 - Os materiais/peças necessárias à execução dos serviços deverão ser adquiridos e substituídos pela contratada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da autorização para sua reposição.

3.9.2.3 - As peças substituídas deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato por ocasião da prestação dos serviços.

3.9.2.4 - A fiscalização poderá solicitar a qualquer momento o fornecimento e a substituição de peças e equipamentos que julgue necessário;

3.9.2.5 - A Contratada deverá verificar a compatibilidade das peças novas com as existentes e adquiri-las com total compatibilidade sem prejuízos à segurança e ao desempenho dos sistemas;

3.9.2.6 - O fornecimento das peças de reposição se dará por **ressarcimento**. A contratada apresentará três orçamentos de mercado à contratante para aprovação.

3.9.2.7 - A CONTRATANTE poderá recusar da CONTRATADA orçamento de materiais cujo valor estiver acima dos valores de mercado, podendo obter orçamento específico por sua própria iniciativa para efeito comparativo.

3.9.2.8 - A CONTRATADA não poderá recusar-se a adquirir a peça no fornecedor de menor preço.

3.9.2.9 - A contratada apresentará mensalmente as Notas Fiscais das aquisições para ressarcimento. Caso a Nota Fiscal seja de terceiros, esta deverá ser emitida em favor da Contratada.

3.9.2.10 - O item será integralmente reembolsado sem aplicação de BDI ou qualquer outra despesa.

3.9.2.11 - As peças eventualmente adquiridas pelo Contratante por procedimento próprio para equipamentos existentes deverão ser montadas/instaladas pela contratada sem ônus adicionais ao contratante.

3.9.3 - Dos Gases Refrigerantes:

3.9.3.1 - O Fornecimento de gases refrigerantes ocorrerá por conta da contratada sem ônus adicionais à contratante;

3.9.3.2 - O gás refrigerante para as máquinas de sistema VRF deverão ser da marca DUPONT, 410 A, conforme orientação do fabricante dos equipamentos, de modo a garantir o máximo rendimento do sistema e maior eficiência energética.

3.10 - Das Visitas Técnicas Programadas e Eventuais:

3.10.1 - Visitas programadas e eventuais: consistem nas atividades de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas, contemplando também visitas emergenciais em atendimento a chamados do CONTRATANTE. Os profissionais que realizarão estas atividades serão responsáveis por manter a operação do sistema objeto deste Contrato, bem como seu bom estado de conservação e limpeza;

3.10.2 - Visitas técnicas: Consistem nas atividades de gestão da manutenção objeto deste Contrato. Deverão ser realizadas pelo profissional indicado no **item 8.3 do Termo de Referência (Engenheiro Mecânico**

Supervisor), o qual será designado Preposto e responsável pela inspeção das atividades, elaboração de relatórios, cronogramas e auxílio técnico. Deverá realizar uma visita mensal ou sempre que sua presença for solicitada pelo CONTRATANTE e deverá comparecer também sempre que o profissional técnico responsável pelas visitas programadas e eventuais não for capaz de solucionar os problemas existentes;

3.11 - Dos Relatórios Técnicos: Juntamente com a nota fiscal do mês da prestação dos serviços, deverão ser entregues:

13. Relatório de manutenção Preventiva e Corretiva contendo no mínimo as seguintes informações: Serviços executados em cada equipamento; Condições gerais de funcionamento de todos os sistemas envolvidos; Medição das grandezas; relatórios fotográficos e Providências a serem adotadas. O relatório deverá ser devidamente assinado pelo responsável técnico por estes serviços.
14. Fichas de controle de material e peças de reposição contendo no mínimo as seguintes informações: Discriminação; Valor; Local de instalação dos materiais/peças empregados e reparos e; Providências a serem adotadas quando o problema detectado não for solucionado de imediato.
15. Notas fiscais para ressarcimento de peças utilizadas, quando for o caso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO INICIAL PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1 - A prestação dos serviços se iniciará imediatamente após a assinatura do contrato.
- 4.2 - A primeira manutenção preventiva deverá ser executada em até 10 (dez) dias após a emissão de Ordem de Serviço pela Divisão de Manutenção.
- 4.3 - O agendamento das manutenções preventivas deverá ser entregue (ofício ou comunicação eletrônica), aos fiscais do contrato, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da realização dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL, HORÁRIOS E DIAS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1 - Os serviços serão prestados no prédio do Fórum Trabalhista do Cariri, localizado na Rua Rafael Malzoni, 761 – Bairro São José, Juazeiro do Norte - CE.
- 5.2 - O horário de prestação dos serviços de manutenção será preferencialmente durante o expediente do Fórum (Segunda a Sexta de 7h30 as 15h30).
- 5.3 - Os serviços que necessitem o desligamento total ou parcial do sistema, poderão ser executados em horários complementares, inclusive durante finais de semana, quando autorizado pela Fiscalização e sem ônus adicionais à contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 6.1 - O objeto deste certame será recebido mensalmente provisoriamente com o recebimento da Nota Fiscal. Deverá ser entregue, juntamente com a Nota Fiscal, a documentação elencada no **item 3.11 da Cláusula Terceira** deste Contrato;
- 6.2 - Os fiscais da execução terão até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal para verificação da conformidade dos serviços prestados com as exigências estabelecidas neste Termo e emissão de atesto e recebimento definitivo.
- 6.3 - Caso haja alguma documentação, de responsabilidade da contratada, pendente, irregular ou vencida o prazo estabelecido anteriormente será interrompido até sua regularização.
- 6.4 - O recebimento definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios de qualidade do material empregado ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO E SEUS REAJUSTES

7.1 - O valor anual da presente contratação é de **R\$,** (.....), conforme tabela abaixo.

Serviço	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Manutenção preventiva e corretiva no sistema de refrigeração do		

Fórum do Cariri, com fornecimento de peças por ressarcimento, em regime de empreitada por preço global, pelo período de 12 (doze) meses.		
--	--	--

7.2 - No preço contratado estão incluídos todos os custos com: Manutenções preventivas conforme periodicidade estabelecida neste Termo e quantas corretivas forem necessárias, sendo incluídos todos os custos com materiais de consumo e limpeza (**item 3.9.1 da Cláusula Terceira**), gases refrigerantes, ferramentas, EPIS, equipamentos, pessoal, tributos, fretes, seguros, despesas administrativas do fornecimento dos materiais de ressarcimento e demais encargos necessários à plena e completa execução do serviço;

7.3 - Não caberá qualquer tipo de reajuste ou correção monetária aos valores mencionados acima pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta, salvo por expressa determinação legal para este ou contratos afins.

7.4 - Extrapolado o período de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta, poderão os **Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva do sistema de refrigeração do Fórum do Cariri** sofrer reajuste, **a requerimento da contratada**, tendo por base o IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado da FGV - Fundação Getúlio Vargas. Na hipótese de suspensão, extinção e/ou vedação do uso do índice de atualização do preço deste Contrato, fica desde já eleito o índice que oficialmente vier a substituí-lo, ou o que melhor reflita a variação dos custos do período, acordado entre as partes como índice substitutivo a vigorar.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados **mensalmente**, na conta bancária fornecida pela contratada, em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento definitivo, ocasião em que o Tribunal verificará a regularidade da Contratada com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), com a Fazenda Estadual, com a Fazenda Municipal, com a Seguridade Social (INSS), com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.2 - A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta de titularidade da Contratada onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - Caso seja constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à CONTRATADA, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

8.4 - Considera-se como efetivo pagamento o dia da entrega da ordem bancária na respectiva unidade bancária.

8.5 - Nos casos de atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela Contratante, entre a data limite para pagamento e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados, na forma do art. 36, §4º da Instrução Normativa nº 02/08 do MPOG, por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i/365 \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

VP = Valor da parcela em atraso

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 - Caberá a fiscalização do contrato ao Diretor da Divisão de Manutenção – **André Luiz Firmino Gonzaga**, auxiliado no Local de Execução pelo servidor **Ovídio Alencar Araripe Cariri**, doravante denominados **FISCAIS DA EXECUÇÃO**, designados mediante portaria. Nos impedimentos e afastamentos legais deste,

suas funções serão desempenhadas pelos seus substitutos automáticos Francisco Erlane Capistrano Damasceno e Manoel João Rodrigues, respectivamente, designados mediante portaria.

9.1.1 - A Administração poderá designar outro fiscal, quando conveniente, **mediante portaria**, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

9.2 - Em quaisquer das hipóteses de designação da fiscalização previstas nos itens anteriores, caberá à fiscalização comunicar à contratada de sua designação.

9.3 - Os Fiscais do contrato terão autoridade para proceder toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução contratual, realizando todos os atos previstos como responsabilidade do fiscal, bem como aqueles que no transcorrer de contrato se fizerem necessários, zelando pela sua boa execução;

9.4 - Os fiscais do contrato deverão comunicar à Administração do Tribunal qualquer fato relevante que obste a execução do contrato ou o perfeito exercício de suas obrigações como fiscal, bem como, solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução contratual e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem estas solicitações.

9.5 - A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

9.6 - As informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada poderão ser obtidos através dos telefones 3388 9386 (Fiscal da Execução TRT).

9.7 - Caberá aos **FISCAIS DA EXECUÇÃO**:

9.7.1 - Aprovar o agendamento das manutenção preventivas e corretivas apresentado pela Contratada.

9.7.2 - Receber e revisar os relatórios, relacionados no **item 3.11 da Cláusula Terceira** deste contrato.

9.7.3 - Receber todas as peças defeituosas ou desgastadas substituídas na realização dos serviços;

9.7.4 - Receber mensalmente toda a documentação exigida para o pagamento;

9.7.5 - Atestar mensalmente a execução e o recebimento dos serviços contratados, emitindo relatório circunstanciado de ocorrências referentes aos serviços executados, indicando eventuais atrasos, bem como inconformidades na execução dos serviços e/ou descumprimento de cláusulas contratuais;

9.7.6 - Acompanhar a execução dos serviços com o objetivo de garantir o fiel cumprimento do contrato;

9.7.7 - Verificar de forma contínua os canais de comunicação com a fiscalização do contrato (e-mail, fax ou telefone) e responder às solicitações nos prazos estabelecidos;

9.7.8 - Solicitar à Contratada a substituição de qualquer material ou equipamento cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação das instalações prediais e equipamentos, ou ainda, que não atendam às necessidades;

9.7.9 - Notificar à Contratada acerca de eventuais imperfeições na execução dos serviços, que deverá corrigir, refazer e retificar, às suas expensas, os serviços ou em desacordo com as especificações ou com resultados insatisfatórios;

9.7.10 - Realizar todos os atos previstos como responsabilidade da FISCALIZAÇÃO, bem como aqueles que no transcorrer de contrato se fizerem necessários, zelando pela sua boa execução;

9.7.11 - Sugerir à Administração a aplicação de penalidade prevista no instrumento de contrato, com a devida fundamentação;

9.8 - Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Contratante reserva-se o direito de, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, sem que o exercício dessa faculdade envolva, a qualquer tempo, anuência ou co-responsabilidade de sua parte para com a contratada, podendo para isso ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, que se achar em condições ou atitude incompatível com a natureza do serviço prestado, ou cuja permanência na área, julgar inconveniente. Tal substituição será precedida de justificativa por parte do Contratante;

9.9 - Na hipótese do item anterior a Contratada adotará providências imediatas, a fim de assegurar a execução normal dos serviços sem solução de continuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 - Emitir a Nota de Empenho, proceder à assinatura do Contrato nas condições estabelecidas neste Termo;

10.2 - Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do TRT relacionadas à execução do contrato;

10.3 - Exercer a fiscalização dos serviços e a gestão contratual por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;

10.4 - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada;

10.5 - Efetuar os pagamentos na forma e prazo estabelecidos neste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1 - Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas neste contrato;

11.2 - Iniciar os serviços contratados imediatamente após a assinatura do contrato.

11.3 - Registrar, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado do Ceará – CREA – CE documento de Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços de manutenção objeto deste Termo de Referência.

11.4 - Executar os serviços de acordo com as rotinas e parâmetros estabelecidos neste contrato, observando, inclusive, o fornecimento e o uso adequado dos equipamentos, ferramentas e utensílios, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação e substituí-los, quando danificados ou extraviados, sem impactar a prestação do serviço e sem qualquer ônus adicionais à Contratante;

11.5 - Acompanhar os serviços a serem executados, por meio de preposto, a fim de solucionar problemas que envolva(m) o(s) profissional(is) responsável(is) pela execução dos serviços, requisições de serviços, fornecimento de documentos e demais assuntos relacionados com a prestação dos serviços;

11.6 - O preposto terá a obrigação de se reportar aos fiscais do contrato, por escrito, através de documento formal ou eletrônico (e-mail), acerca de qualquer anormalidade referente à execução dos serviços, além de tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas as falhas detectadas, bem como atender prontamente às observações e exigências dos fiscais do contrato e prestar os esclarecimentos solicitados;

11.7 - Atender e solucionar os incidentes, problemas e requisições de serviços previstos no escopo deste Termo de Referência;

11.8 - Selecionar e preparar os empregados que irão prestar serviços, treinando-os para o uso adequado dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, e ainda, quanto à prevenção de incêndios, objetivando a correta execução dos serviços;

11.9 - Não permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais;

11.10 - Não suspender ou interromper, total ou parcial, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;

11.11 - Fornecer todos os produtos, materiais, ferramentas, equipamentos e instrumentos necessários à boa execução dos serviços de manutenção, na forma estabelecida no **item 3.9 da Cláusula Terceira**.

11.12 - Fornecer todas as peças e os materiais novos, originais, compatíveis com os existentes, não sendo aceitos os que apresentarem qualquer indício de defeito ou pré-utilização;

11.13 - Realizar o transporte vertical e horizontal de equipamentos, ferramentas e maquinários necessários à completa realização dos serviços sem ônus adicionais ao contratante.

11.14 - Adquirir e substituir os materiais/peças necessários à execução dos serviços no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da autorização do fiscal da execução;

11.15 - Entregar à Contratante todas as peças defeituosas ou desgastadas substituídas por ocasião da manutenção;

11.16 - Entregar ao Fiscal da Execução do Contrato, mensalmente, quando da emissão da nota fiscal, as Fichas de Controle de Serviço e Material e o Relatório de Manutenção emitido pelo responsável técnico, conforme **item 3.11 da Cláusula Terceira**.

11.17 - Obedecer às normas e procedimentos de segurança do trabalho, com o fornecimento aos seus empregados de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados ao risco e em perfeito estado de conservação, limpeza e funcionamento, fiscalizar a utilização dos mesmos assim como responsabilizar-se pela inspeção periódica destes equipamentos providenciando sua substituição quando necessário; Todos os equipamentos de Proteção Individual devem ter Certificado de Aprovação;

11.18 - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio de seus encarregados;

11.19 - Obedecer às normas, padrões, rotinas e metodologia estabelecidos pela Contratante, em especial as que disserem respeito à segurança, à confiabilidade e à integridade de documentos e materiais;

11.20 - Submeter-se à fiscalização do Contratante que acompanhará a execução dos serviços, orientando, fiscalizando e intervindo no seu exclusivo interesse, a fim de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;

11.21 - Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados. A fiscalização do Contratante lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar;

11.22 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao TRT 7ª Região ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus empregados, na execução do serviço, bem como pelo extravio de bens, documentos ou valores de propriedade do Contratante, ou de seus juízes e servidores, que comprovadamente tenha sido realizado por seus empregados ou prepostos durante a execução dos serviços contratados, devendo a Contratada assumir, nesse caso, a obrigação de efetuar a respectiva indenização até o 5º (quinto) dia útil após a comunicação, que lhe será feita por escrito, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

11.23 - Informar o regime tributário, bem como a eventual concessão de isenções, imunidades ou benefícios fiscais, compatíveis com o serviço contratado e as suas alterações, devidamente comprovados;

11.24 - Responder por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da Legislação Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), Previdenciária, Trabalhista, seguros contra acidentes e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com este Regional. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Termo de Referência;

11.25 - Responder por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados na execução do objeto do contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências do Contratante;

11.26 - Cumprir, rigorosamente, o que preceituam as Normas Regulamentadoras – NR, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

11.27 - Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

11.28 - Aceitar os acréscimos ou supressões julgados necessários pelo Contratante, nos limites estabelecidos no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

11.29 - Executar os trabalhos com o mínimo de interferência no regular funcionamento das atividades realizadas no local;

11.30 - Garantir que todas as atividades de manutenção sejam realizadas dentro dos padrões de qualidade, segurança e higiene, observando os requisitos da medicina do trabalho e prevenção contra incêndio, com ênfase no uso de ferramentas adequadas e instrumentos de aferição necessários;

11.31 - Responsabilizar-se pelo transporte e guarda dos materiais e das peças utilizados na execução dos serviços;

11.32 - Manter os locais destinados à execução dos serviços convenientemente limpos e livres de qualquer sujeira, recolhendo imediatamente todo o entulho proveniente da execução;

11.33 - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

11.34 - Elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

11.35 - Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

11.36 - Assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98 de 20 de abril de 2012;

11.37 - Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

12.1 - O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades.

12.2 - Não será permitido, sob qualquer pretexto, que os empregados da CONTRATADA tenham acesso às dependências do CONTRATANTE para desenvolver suas atividades: Sem farda ou com fardamenta incompleta, bem como trajando bermudas e camisetas, ou sem o crachá identificador fornecido pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais, a empresa que, convocada no prazo de validade de sua proposta:

- a) não celebrar o Contrato;
- b) deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) não manter a proposta;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) fizer declaração falsa;
- i) cometer fraude fiscal.

13.2 - O atraso injustificado na prestação dos serviços de manutenção corretiva ou preventiva sujeitará a Contratada à multa de mora, no percentual de **0,1% (um décimo por cento) por hora**, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitado a 24% (vinte e quatro por cento).

13.3 - Se o atraso de que trata o item supra ultrapassar o prazo de 10 dias, a Administração poderá entender pela inexecução total do contrato.

13.4 - Além das sanções previstas nos itens supra, a Contratada poderá incorrer nas seguintes sanções:

a) Advertência;

b) multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do Contrato.

c) multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução total do Contrato.

d) multa, pelo descumprimento das obrigações, conforme as tabelas 1 e 2 com base anual:

TABELA 1

RAU	ORRESPONDÊNCIA
1	0,1% do valor anual do Contrato
2	0,2% do valor anual do Contrato
3	0,3% do valor anual do Contrato
4	0,5 % do valor anual do Contrato

TABELA 2

TEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
01	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por ocorrência
02	Recusar-se a executar serviços determinados pela fiscalização previstos em contrato.	3	Por ocorrência
03	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados.	2	Por ocorrência
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais.	4	Por ocorrência
05	Suspender ou interromper os serviços contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.	4	Por Ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
06	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do fiscal do contrato.	2	Por ocorrência
07	Obedecer às normas, padrões, rotinas e metodologia estabelecidos pela CONTRATANTE.	2	Por ocorrência
08	Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados no prazo determinado pela fiscalização do CONTRATANTE.	2	Por ocorrência
09	Observar, na execução dos serviços, normas e procedimentos necessários à preservação ambiental.	3	Por ocorrência
10	Fornecer os materiais e equipamentos relacionados neste Termo em perfeitas condições de uso;	3	Por ocorrência
11	Acompanhar os serviços a serem executados, por meio de responsável técnico, nos termos deste Termo.	3	Por ocorrência

12	Fornecer orçamentos de mercado e adquirir peças e materiais de reposição por ressarcimento	3	Por ocorrência
----	--	---	----------------

d) Multa, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento), calculada sobre o valor global, para os demais casos de descumprimento contratual, limitado a 10% (dez por cento)..

e) Multa, no percentual de 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, pelo descumprimento de quaisquer das obrigações, limitado a 10% (dez por cento).

13.5 - A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou *e-mail*.

13.6 - As penalidades decorrentes dos itens supra serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, contado da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da rubrica, constante da atividade (Nota de Empenho nº.).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 - Qualquer modificação ou alteração no presente contrato será formalizada mediante termo aditivo, objetivando atender aos interesses das partes e ao objeto deste instrumento de Contrato, **salvo hipótese de alterações relativas à fiscalização**, que serão efetuadas sem a necessidade de termo aditivo.

16.2 - Os termos aditivos são partes integrantes deste Contrato, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

17.1 - O CONTRATANTE poderá considerar rescindido o presente contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA o direito a qualquer indenização, nos casos e formas fixados na Lei 8.666/93.

17.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Procedimento Administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3 - A rescisão de que trata o item **17.1**, exceto quando se tratar de caso fortuito, força maior ou razões de interesse público, acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - Quaisquer requerimentos, cancelamentos e solicitações de qualquer natureza que deseje a Contratada formalizar, deverão ser encaminhadas ao Setor Gerenciador do Contrato, o qual promoverá as medidas subsequentes necessárias.

18.2 - Este contrato administrativo regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1 - De conformidade com o disposto no art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93, o presente contrato será publicado na forma de extrato, no Diário Oficial da União

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1 - Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Fortaleza - CE, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, assinam o presente, em 2 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Fortaleza, de de

DIRETORA-GERAL DO TRT DA 7ª REGIÃO
CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO III

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)., portador(a) da carteira de identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (__) sim ou não

OBS: em caso afirmativo assinalar a ressalva acima.

Local e data.

Representante legal

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

AO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, sob as penas da lei e para os fins requeridos no Inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, que esta empresa é uma microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, que não há nenhum dos impedimentos previsto nos incisos do § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, e que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local e data

(Empresa e assinatura do responsável legal)

ANEXO V

DECLARAÇÃO

AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente.

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ nº., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)., portador(a) da carteira de identidade nº. e do CPF nº, **DECLARA**, para fins Resolução nº. 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que não possui em seu quadro de pessoal sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, de membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, vinculados ao TRT7^a.

Declara, por fim, que não possui qualquer vínculo com servidor ou dirigente do órgão contratante, nos termos do inciso III do Art. 9º da Lei 8.666/93.

Local e data.

Representante legal